

# TRABALHO & SAÚDE

ANO XIV - Nº 35 - MARÇO/94



## ACORDO PREVÊ SUBSTITUIÇÃO DO AMIANTO

**ENTREVISTA**

**JOSÉ CARLOS SEIXAS, PRESIDENTE DA FUNDACENTRO**

## EXPEDIENTE

**Trabalho & Saúde** é um informativo do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho - Diesat. Caixa Postal 4901 - Cep 01051 São Paulo - SP. Tel 223.7435 e Fax 223.4414

**Diretor Responsável:**

Élcio Antonio Tibério

**Jornalistas Responsáveis:**

Renato Rovai e Norian Segatto

**Colaboram nesta edição:** Leny

Satto, Nilton Freitas, Paulo Roberto do Nascimento, Francisco Lacaz, Agda Ap. Delía e Wilson César R. Campos

**Secretaria e contatos para assinaturas:**

Aparecida de Fátima Pianta e Regina Maria Ferreira

**Composição:** Icone Editorial

**Tiragem:** 2.500 exemplares

### Diretoria

**Executiva:** Élcio Antonio Tibério, Ubirajara Tannuri Félix, Márcio Câmara Leal, Robélio Cruz da Silva, Maria do Carmo R.F. de Medeiros, Gilberto Almazan, Sérgio Augusto Cardoso Teixeira, Josino Silva Rodrigues e Julival Augusto das Neves.

**Suplentes:** Pérsio Dutra, Carlos Augusto dos Santos, Maria Amélia Soares Teixeira, Pedro Rubin, Edna Maria do Sacramento, Néelson Cirtolli, Moysés Moreira Santos, Everani Aires da Silva Oliveira e Cláudio Roberto Magalhães.

**Conselho Fiscal:** Lourival Batista Pereira, Edvaldo Eustáquio da Paz e Benedito Pedro Gomes. **Suplentes do Conselho Fiscal:** Marta Carlote de Oliveira, João Réus do Nascimento e Sebastião Vieira do Nascimento.

# ÍNDICE

**Ao Leitor**..... 3

**Opinião**..... 3

**Espaço Aberto**..... 4

**Entrevista**..... 5 e 6

O presidente da Fundacentro, José Carlos Seixas, fala sobre a situação econômica da entidade e sobre os planos que tem para sua gestão. Seixas também faz questão de afirmar que a Fundacentro não recebe pressões externas nas suas atividades.

**Plásticos**..... 7

Seminário realizado pelo Sindicato dos Químicos e dos Plásticos discutiu o setor plástico para o ano 2000. A Trabalho & Saúde publica um resumo das conclusões deste encontro.

**Capa**..... 8, 9 e 10

Acordo assinado pelo setor de autopeças pode ser o início do fim do amianto. O protocolo de intenções prevê a total substituição da fibra neste setor. Agora, fica o desafio para outras categorias seguirem o exemplo.

**Osasco**..... 11 e 12

Um trabalho elaborado pela subseção do Diesat no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco com as CATs revela como elas podem ser um instrumento para se conhecer melhor os problemas da categoria.

**Sinopse**..... 12

**Químicos**..... 13

O Diesat participou da Câmara Setorial do Complexo Químico no subgrupo que discutiu a saúde do trabalhador. Nesta matéria você vai saber qual o resultado deste trabalho.

**Eduardo Jorge**..... 14

O deputado petista Eduardo Jorge fala sobre os problemas que os brasileiros enfrentam com a saúde pública e propõe sugestões para a área.

**Estante**..... 15

# Publicações do Diesat ganham prêmio

**A** cada edição de Trabalho & Saúde percebemos a necessidade que o movimento sindical tem de um espaço onde possa discutir políticas para a área de saúde do trabalhador. Desde sua criação, Trabalho & Saúde tem tentado ser este espaço. Onde os sindicatos e sindicalistas coloquem suas expectativas, debatam posições e se municiem de dados técnicos. Esta edição tem esse perfil.

Uma entrevista com José Carlos Seixá, presidente da Fundacentro mostra o que pensa a nova direção da entidade. No metalúrgicos de Osasco, onde o Diesat tem uma subseção, um trabalho realizado em

*Tá provado que um trabalho técnico sério, apesar das dificuldades, tem suas recompensas. Esta vitória do Diesat só foi possível graças aos sindicatos filiados que garantem a viabilização de nossas publicações.*

cima das CATs emitidas de julho de 91 a julho de 93 é ilustrativo de como se pode conhecer melhor a categoria e realizar trabalhos específicos.

O deputado petista Eduardo Jorge em um artigo critica a ma-

neira como a saúde é financiada. E Antônio Neto (presidente da CGT) no espaço Opinião fala sobre o Fórum Interinstitucional de Saúde do Trabalho.

No concurso realizado em 10 setembro, dia da imprensa, pela hemeroteca sindical e a secretaria estadual do trabalho, que premiou jornalistas de entidades que tenham feito as melhores publicações e textos sobre saúde do trabalhador, o Diesat e seu jornalista Renato Rovai ficaram em terceiro lugar. O primeiro lugar ficou com os Metalúrgicos de Osasco e o segundo com os Químicos do ABC. Dois sindicatos que têm subseção do Diesat.

## OPINIÃO

### Ir fundo para agilizar soluções

Antônio Neto

**C**riado em março deste ano após a realização de oito reuniões, o Fórum Interinstitucional de Saúde do Trabalho terá grandes desafios a enfrentar a partir de janeiro, quando as entidades e órgãos que o compõem farão um balanço do que foi desenvolvido até agora e quais serão os próximos passos.

O Fórum surgiu para discutir e resolver as dificuldades dos acidentados junto com os diversos setores envolvidos na área de saúde do trabalhador. Foram detectados problemas básicos como atendimento deficiente aos acidentados, atraso na concessão do benefício-acidente, na rede hospitalar, causada pela falta de reconhecimento das lesões características dos profissionais da área de informática.

Levantados os problemas, o Fórum passou a encaminhar sugestões para modificar as ações. Reciclagem de pessoal e reconhecimento pelo INSS das lesões causadas pela informática foram os primeiros pedidos do Fórum. Também participou de uma audiência no Ministério Público com os hospitais da rede estadual para acertar o atendimento ao acidentado. Paralelamente,

na rede hospitalar municipal, as condições de assistência continuaram sendo avaliadas.

Nos postos do INSS as medidas sugeridas estão em operacionalização. Porém, se em alguns pontos se percebe sinais de melhoria, em outros o atendimento decaiu bastante. O recebimento do auxílio-acidente ainda é demorado - em média 45 dias. E o Centro de Reabilitação Profissional, CRO, continua sem poder de fiscalizar a atividade para a qual o acidentado vai ser realocado. Sem contar a grande defasagem tecnológica de seus estágios.

Isto tudo mostra que para janeiro pelo menos um passo já está definido: intensificar o acompanhamento das questões registradas. E o movimento sindical, por sua vez, terá um papel fundamental: ir fundo nestes problemas para agilizar as soluções para os trabalhadores.



Antônio Neto é presidente da CGT - Central Geral dos Trabalhadores e do Sindpd - Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

# Fundacentro quer ampliar pesquisas

O repasse de 2% do valor arrecadado do seguro de acidente do trabalho, na ordem de CR\$ 250 milhões (valores de outubro), além de aplicações no Tesouro Nacional de US\$ 30 milhões, garantem à Fundacentro uma invejável estabilidade financeira. Seu presidente, José Carlos Seixas, no entanto, teme que a revisão constitucional possa reverter esse quadro extinguindo o seguro de acidente do trabalho. Em entrevista ao jornalista Norian Segatto, Seixas fala sobre a entidade que preside e rebate as recentes denúncias do assessor político do Sindicato dos Coureiros de São Paulo, Eduardo Assarito, que identificou uma "máfia" de interesses atuando na Fundacentro.

*José Carlos Seixas, presidente da Fundacentro, afirma que a entidade tem estabilidade financeira invejável*

**Trabalho & Saúde:** *A Fundacentro recebe verbas oriundas do seguro de acidente do trabalho. A revisão constitucional pode afetar esse repasse?*

**José Carlos Seixas:** A Fundacentro recebe verbas através do Ministério (do Trabalho), mas tem uma receita proveniente de uma lei que assegura 2% da arrecadação do seguro de acidente. Portanto não é uma verba que dependa de impostos.

**T&S:** *Qual o orçamento da entidade para 94?*

**Seixas:** Nós ainda não temos uma expectativa clara porque isso depende da arrecadação da Previdência. Hoje nós estamos arrecadando alguns milhões de cruzeiros (CR\$250 milhões, em outubro) que é muito mais do que

nossa possibilidade de gasto atualmente.

**T&S:** *Em relação à primeira pergunta sobre a reforma constitucional..*

**Seixas:** Veja, os países civilizados têm em geral um instituto de pesquisa que é financiado por órgãos de natureza pública para estudar e desenvolver trabalhos e técnicas no sentido de corrigir processos produtivos capazes de causar danos graves à saúde física e psíquica dos trabalhadores. Sob o ponto de vista de um país civilizado, a reforma deveria manter a possibilidade da existência de um instituto como a Fundacentro. Na reforma constitucional, porém, até por ignorância ou descuido, corre-se o risco de acontecer algumas mudanças que possam eliminar a viabilidade econômica e existencial da Fundacentro.

**T&S:** *Em um hipotético fim do seguro acidente, qual a alternativa para a Fundacentro?*

**Seixas:** Veja, a primeira coisa que eu não quero ser é catastrófico; eu acho que desaparecer o seguro acidente num país que ainda tem estatísticas alarmantes de acidentes e doenças profissionais é quase criminoso. Isso não deve acontecer, mas existem discussões sobre se isso deve ser privatizado. A experiência da privatização do acidente de trabalho já foi feita e foi modificada pelos militares por baixa eficiência dos seguros privados.

**T&S:** *O sr. é a favor da privatização da Previdência?*

**Seixas:** Eu sou absolutamente a favor de que um segmento das aposentadorias saiam fora do



**Seixas, presidente da Fundacentro: preocupação com a revisão constitucional**

controle do Estado, mas qualquer país civilizado, volto a dizer, tem seguros compulsórios e universais que garantem uma aposentadoria básica para toda a população. Eu acredito que isso não deva ser privatizado. Uma coisa é uma Previdência estatal, que deve existir. A outra é manter privilégios das aposentadorias, destinados a pequenas elites ou segmentos sociais que não contribuem para isso. A sociedade até deve permitir que isso exista, como mecanismo de cooperativa ou privado.

**T&S:** *Quais são os projetos que a Fundacentro está desenvolvendo?*

**Seixas:** A Fundacentro tem hoje um projeto fundamental de buscar as informações sociais que dêem consistência nas suas programações; depois fortalecer seu corpo social para que ela possa desenvolver uma parceria intensa com a sociedade organizada, seja em universidade, institutos e sindicatos patronais e de empregados no sentido de desenvolver estudos e pesquisas. A Fundacentro estava com um corpo social dilapidado e funcionando por força de demandas sem nenhuma lógica com o universo do capital e trabalho.

**T&S:** *O coordenador do Sindicato dos Coureiros de São Paulo, Eduardo Assarito, denunciou recentemente através de um jornal a existência de uma máfia dentro da Fundacentro. Existe realmente interferência do setor patronal?*

**Seixas:** Com toda a honestidade, eu até gostaria que houvesse interferência, porque isso significaria que nós estamos sofrendo pressões no sentido positivo das forças vivas que puxam por um lado ou por outro. Agora, interferência danosa, mafiosa, como foi citado, é ridículo. É evidente que não existe. Isso não significa que eu seja ingênuo e não identifique

que existam interferências danosas aqui e ali, mas não é o caso desta fundação.

**T&S:** *Mas a participação do sr. Mauro Draffe (presidente do Sindicato da Indústria de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho no Estado de S.Paulo), no conselho tripartite não é, no mínimo, incômoda?*

**Seixas:** Não. Tudo vai depender de quem está na direção, se é bom ou mau caráter. Como eu vejo a presença do sr. Mauro Draffe? Eventualmente, poderia ser um abuso de poder e interferência, mas eu não interpreto assim, ele é um representante da Fiesp, que produz equipamentos de segurança. Inclusive quem compareceu à posse pode perceber em seu discurso a preocupação com uma mudança no processo produtivo a fim de garantir melhores condições de saúde. Na minha gestão ele tem sido um colaborador importante no desenvolvimento dos trabalhos. Não faz nenhuma crítica específica ao nosso esforço de mudança do processo produtivo que prioriza as proteções coletivas e só em último caso recomenda os equipamentos de proteção individual.

**T&S:** *Mas os EPIs são muito criticados dentro do movimento sindical, como um paliativo que tem substituído as proteções coletivas.*

**Seixas:** Eu gostaria de provas disso que você está afirmando. Eu acho que o processo produtivo brasileiro não tem feito o devido esforço verificado em países civilizados em relação à proteção das pessoas em todos os aspectos, na proteção coletiva, individual, na modernização de processos menos danosos à saúde do trabalhador. Eu já vi sindicalistas sérios exigirem que os empresários reinvestam seus lucros em saúde e proteção do trabalhador.

**T&S:** *E o senhor acha que a maioria dos empresários brasileiros compartilha dessa visão?*

**Seixas:** Eu acho que não, isso é um sinal do atraso. No Brasil se troca saúde por dinheiro, o que é um equívoco. Nós temos que avançar culturalmente nesta questão. O processo produtivo tem que progredir, sem sacrifícios pessoais. O trabalho deve ser razão de vida, não de sacrifício e jamais de morte.

**T&S:** *A Fundacentro é o órgão que fornece os laudos técnicos para a aprovação dos equipamentos de segurança. Já aconteceu de alguma empresa enviar um equipamento para teste, ser aprovado, mas a linha de produção acabar sendo efetuada sem as especificações técnicas?*

**Seixas:** Durante o período em que estou aqui não tive conhecimento de nenhum caso assim, mas eu chamo a atenção de que o fato de eu não conhecer não significa que não esteja ocorrendo. Isso é uma preocupação nossa. O que é fabricado e vendido pode ser diferente do material que recebeu a aprovação da Fundacentro. Nós não fazemos a fiscalização dos equipamentos vendidos, isso é de responsabilidade do Ministério do Trabalho.

**T&S:** *E a Fundacentro tem o poder de cassar uma patente?*

**Seixas:** Não. Nós podemos dar o laudo dizendo que o material apresentado não é próprio para o fim a que se propõe, mas a palavra final é do Ministério.

**T&S:** *A Fundacentro já apresentou algum laudo desaprovando os equipamentos da empresa do sr. Mauro Draffe?*

**Seixas:** Eu não tenho condições de responder sua pergunta agora, eu precisaria verificar. Na verdade eu nem sei o que doutor Mauro Draffe produz.

# Seminário aponta metas para o futuro

**O** Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo realizou no final do ano passado o seminário "Plásticos no ano 2000", com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a estratégia de desenvolvimento das empresas e sua consequência para os trabalhadores.

O seminário torna-se um importante referencial para o trabalho do Sindicato na medida que aponta as diversas tendências do setor plástico. Leia, a seguir, os principais trechos da "carta programa" elaborada a partir do seminário:

"...Este seminário acontece num contexto de inexistência de uma política de desenvolvimento industrial por parte do governo; num quadro de falência do modelo de desenvolvimento econômico promovido pelo Estado desde a década de 50. Sendo que nos dias atuais, a ofensiva do capital com o arremedo de um suposto projeto "neo-liberal" ampliou a exclusão de milhões de cidadãos.

O seminário abordou temas como 'A Indústria Plástica e o Mercado'; 'Pesquisa e Inovações'; 'A Qualidade Total e o Impacto na Mão-de-Obra' e 'Perfil dos Trabalhadores na Indústria Plástica e Perspectivas'.

...Do ponto de vista das relações do trabalho, a indústria plástica, como um todo, tem adotado a política de 'vigiar' e 'punir', recorrendo, inclusive, às demissões como forma de 'controlar' as reivindicações trabalhistas. Esta postura das empresas tem tornado a relação com o Sindicato dos trabalhadores bastante conflituosa...A falta de reconhecimento das formas de representações sindicais por parte de uma grande parcela das empresas tem tornado quase impossível o diálogo entre patrões e empregados.

...A indústria plástica encontra-se, atualmente, com um parque de máquinas obsoleto, resultado da própria estratégia dos empresários em buscar aumento de lucratividade não através de ganhos em produtividade, mas, principalmente, via redução dos custos salariais e superexploração da mão-de-obra, o que tem acarretado um grande número de acidentes de trabalho com mutilações.

...Num país como o Brasil, as pers-

pectivas de aprofundamento do desemprego estrutural se colocam de forma mais dramática, por causa da completa ineficiência do Estado brasileiro em promover a seguridade social e serviços públicos adequados.

...As novas formas de gestão administrativa e da produção, bem como os investimentos na modernização de maquinaria, devem contar com a participação dos trabalhadores. Devem ser definidos, também, critérios e formas de retraining da mão-de-obra, sob o risco de que muitos trabalhadores não consigam mais se inserir no mercado de trabalho...

A democracia deve ser aprofundada, algo que só será possível se houver, também, relações democráticas dentro das empresas, com a participação de trabalhadores tanto na gestão quanto em seus lucros.

Além disso, a gestão dos fundos públicos...deve ser feita de forma tripartite e paritária...

Estas questões devem estar inseridas dentro de uma perspectiva geral de controle social sobre o mercado, única forma de produzir bens de consumo popular de qualidade e de fortalecer o mercado interno, possibilitando um desenvolvimento econômico sustentado e que seja acompanhado por desenvolvimento social.

Com base nos debates iniciados neste 1º seminário, o Sindicato vem apresentar algumas propostas de continuidade...

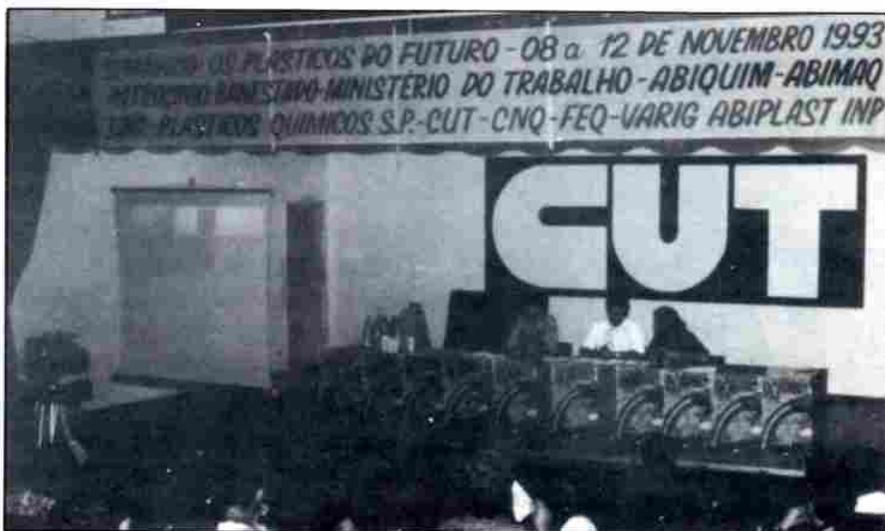
Diante das inovações no processo produtivo estabelecidas internacional-

mente, o Sindicato deverá se orientar por uma postura crítica e ativa com projetos e, uma postura que se antecipe às crises geradas pelo setor patronal...Um novo modelo pressupõe romper de vez com o autoritarismo exclusivista...especialmente no setor plástico...O Sindicato estará atento à destinação de verbas públicas...Pretendemos influir na destinação destas verbas de modo que prevaça a transparência e a distribuição de benefícios.

A reformulação industrial em curso exige que o Sindicato desenvolva programas específicos na capacitação dos trabalhadores...

Quanto à saúde, o Sindicato já possuiu um diagnóstico que aponta para a necessidade de uma prioridade a prevenção de acidentes, priorizando-se as mutilações. Estamos propondo a instalação de uma minicâmara setorial para dar andamento a um programa preventivo envolvendo trabalhadores, o setor patronal...e o poder público...

Em relação ao meio ambiente é fundamental uma vigilância do Sindicato quanto a destinação de resíduos, seja do processo industrial, seja dos resíduos sólidos, oriundos do processo de consumo dos produtos plásticos colocados no mercado...O Sindicato deverá apoiar iniciativas e parcerias com a sociedade civil, universidades etc., no sentido de denunciar a situação atual, estabelecer programas de vigilância e desenvolver projetos alternativos, valorizando o consumo de material reciclável visando o reaproveitamento."



# Amianto cada vez mais perto do fim

Agda Ap. Delía

**E**m 14 de janeiro foi assinado um protocolo de intenções entre CUT, Força Sindical, Sindipeças, Fundacentro e Ministério do Trabalho. Ele estabelece medidas a serem tomadas para a formulação de um acordo a ser efetivado para a total substituição do amianto no setor de autopeças. O ato contou com a presença do ministro Walter Barelli

*Um protocolo de intenções assinado pelo setor de autopeças prevê a total substituição desta fibra, um avanço que tem de ser batalhado em outros setores para que em pouco tempo o amianto seja apenas algo do passado*

e dos representantes das entidades que firmaram o acordo.

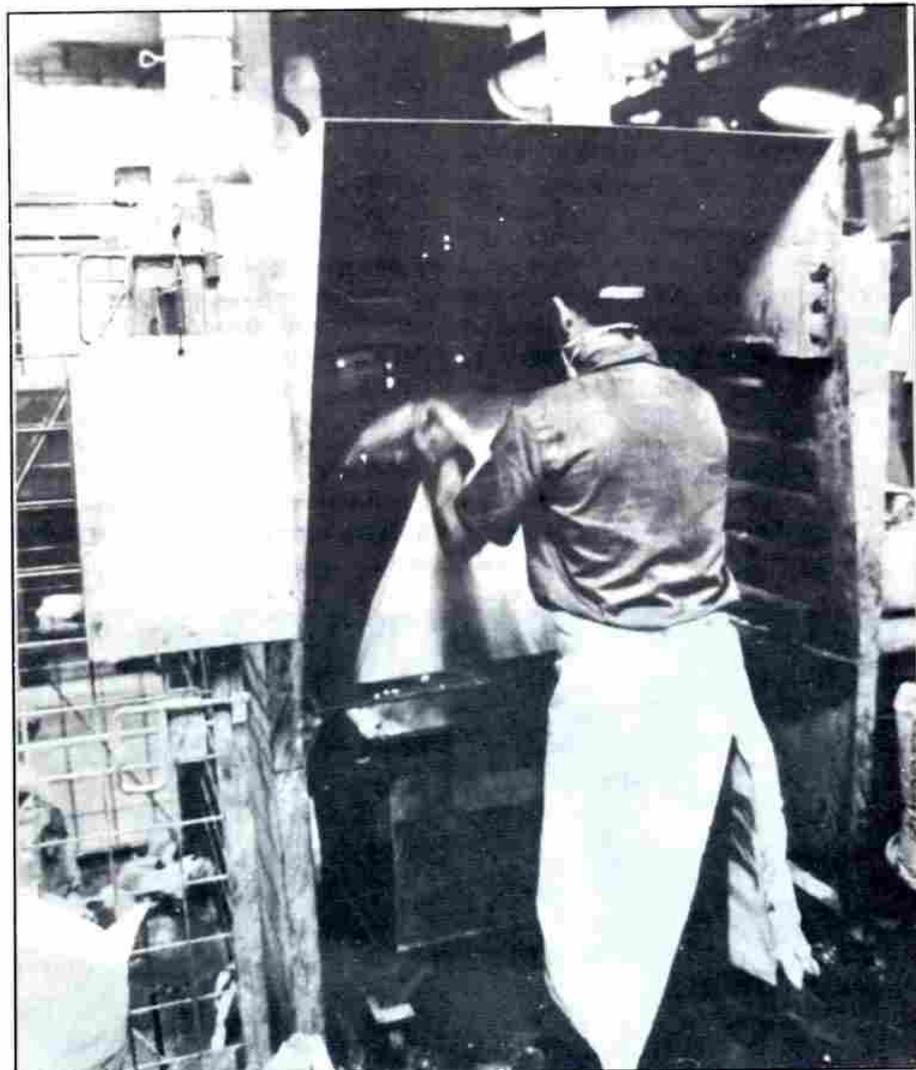
O asbesto ou amianto é uma fibra mineral largamente utilizada como matéria prima em in-

dústrias que geram produtos termoisolantes (como por exemplo a baquelite), na confecção do fibro-cimento (as caixas de água) ou nas indústrias de autopeças (pastilhas para freios, por exemplo). Ele é altamente agressivo ao organismo humano, pela sua conhecida ação cancerígena e também produz a asbestose, doença pulmonar irreversível.

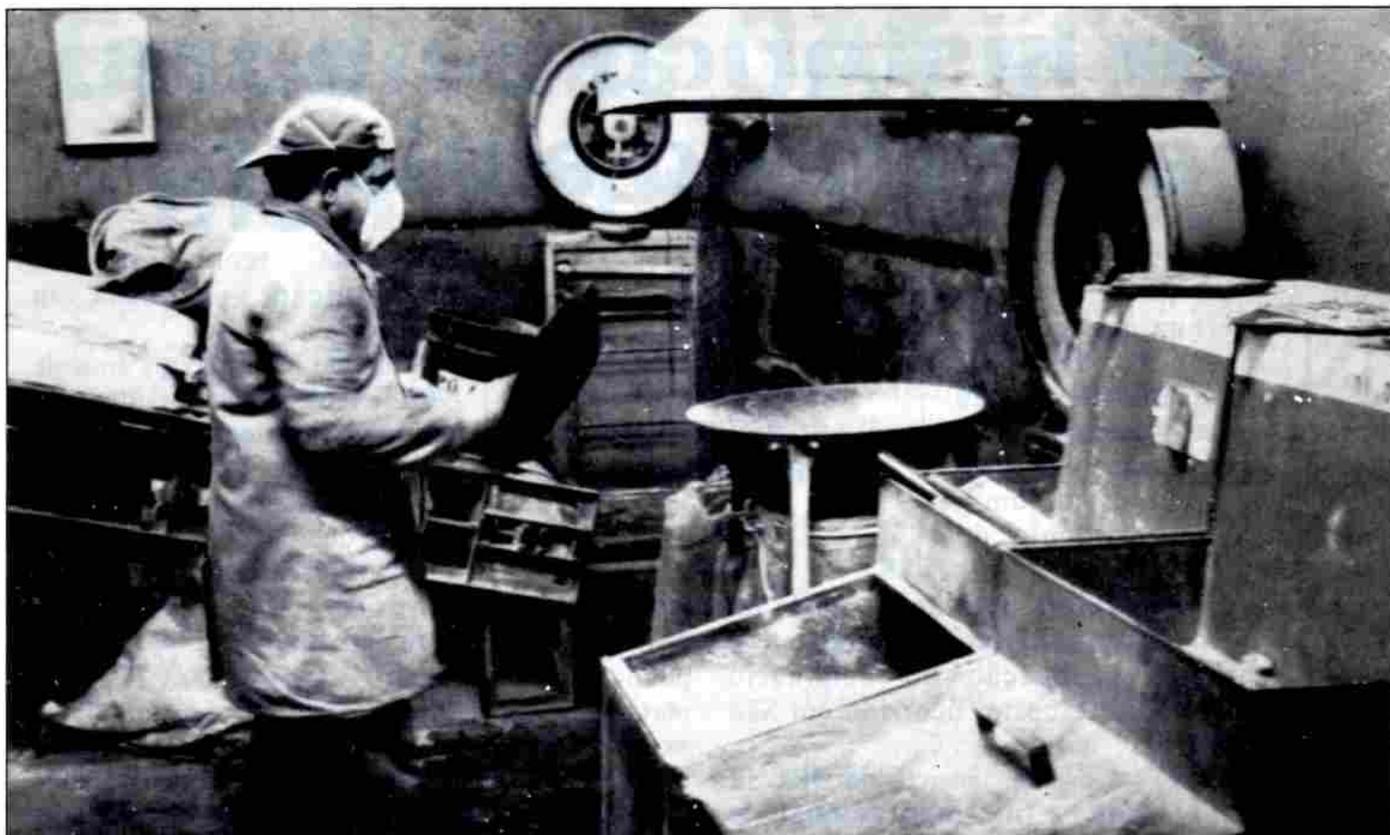
Pela sua diversificada aplicação, o amianto coloca em risco não apenas os trabalhadores expostos cotidianamente a ele no processo de produção, mas a população em geral. Esta fica sujeita a seus efeitos por residir nas imediações de instalações fabris que utilizam a fibra como matéria prima ou porque o amianto está presente em vários produtos usados no dia-a-dia, sem qualquer indicação de sua presença.

A assinatura deste protocolo é mais um passo na luta por uma qualidade de vida melhor para o trabalhador. Já está mais do que provado que o amianto é prejudicial à saúde, por isso deve ser substituído.

Agda Ap. Delía é socióloga e assessora técnica do Diesat



**Um dia isso será apenas uma triste lembrança**



**Falta de proteção adequada aumenta os riscos**

## Protocolo de intenções

*A CUT, a Força Sindical, o Sindipeças e a Fundacentro, sob a coordenação do ministério do Trabalho:*

Considerando a tendência mundial de redução da utilização da fibra de amianto nos mais diversos setores industriais e, de forma mais acelerada, no setor automotivo;

Considerando as posições da CUT e da Força Sindical, explicitadas através de documentos, que remetem para a mesma direção, a saber, o banimento do amianto no setor de autopeças;

Considerando que, no Brasil, nesse setor, a substituição já vem ocorrendo, tanto para exportações como para suprir as montadoras nacionais de veículos na linha de montagem dos carros novos que só estão utilizando material de atrito com a especificação "Sem Amianto";

Considerando que, hoje, no Brasil, inexistem investimentos do se-

tor para desenvolvimento de novos produtos à base de amianto;

Considerando a atual postura do Ministério do Trabalho que privilegia o fortalecimento da via de negociação entre as partes, em detrimento de antigas posturas paternalistas, autoritárias e intervencionistas;

Considerando as conversações entre as partes, resolvem:

1º) Promover estudos conjuntos com a finalidade de se estabelecer, de maneira consensual, os critérios, o alcance e os prazos para a total substituição do amianto no setor de autopeças, bem como as medidas a serem tomadas, no campo da legislação, para a consecução de um acordo a ser efetivado.

2º) Para a concretização dos trabalhos, fica criada a **comissão coordenadora para substituição do amianto no setor de autopeças**, constituída por

membros indicados pelas entidades signatárias, a saber:

- \* CUT
- \* Força Sindical
- \* Sindipeças
- \* Fundacentro
- \* Ministério do Trabalho

3º) Como representante dos principais consumidores dos produtos do setor fica convidada a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) para também participar da Comissão, em paridade com as demais entidades.

4º) No prazo máximo de sete dias, as entidades indicarão ao Ministério do Trabalho, por escrito, os nomes de dois representantes.

5º) A Comissão terá sessenta dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por mais trinta dias.

*Assinam este documento os representantes das instituições.*

São Paulo, 14 de Janeiro de 1994

# Um histórico de lutas pelo fim do amianto

Mário Bonciani

**N**a abertura dos trabalhos coube a mim a responsabilidade de apresentar o histórico dos trabalhadores desenvolvido pelo MTb, que culminaram com a assinatura do protocolo de intenções.

A preocupação com a questão da saúde do trabalhador em relação à utilização do asbesto teve como marco a realização do Seminário Internacional sobre Asbesto, ocorrido em São Paulo, em 1986.

Um ano após esse evento, técnicos da DRT/SP criaram um grupo interinstitucional e interdisciplinar, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho no setor de fibrocimento, responsável pelo consumo de aproximadamente 70% da fibra produzida no Brasil.

Em julho de 87 iniciam-se as ações de fiscalização e pesquisa. Os dados obtidos revelaram as péssimas condições de trabalho do setor. No final de 87 acontece, no Brasil, o II Encontro Internacional de Trabalhadores nas Indústrias de Amianto, promovido pela Flemacon (Federação Latino Americana de Edificação, Madeira e Materiais de Construção). Nesse encontro deliberou-se pela utilização do asbesto em condições de segurança.

Tal posição norteou as ações do GIA no setor de fibrocimento. Em julho de 88 realizou-se o Seminário Nacional sobre Exposição Ocupacional ao Asbesto. Tais ações culminaram com a assinatura de um acordo coletivo entre a CNI e CNTI, válido para todos os trabalhadores do setor de fibrocimento do território nacional, avançando em conquistas de caráter organizativo, garantindo aos trabalhadores representação autônoma no controle de exposição ao asbesto, incluindo a destinação de resíduos industriais contendo a fibra.

Nos anos 90, o marco importante que norteou as ações sobre as exposições ao asbesto foi a realização do Encontro Intersindical sobre Asbesto, organizado pelo Diesat e patrocinado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT. No encontro ficou definido a posição favorável ao banimento do amianto em todas as atividades onde

*Resumo da palestra proferida pelo dr. Mário Bonciani, durante o ato de assinatura do protocolo de intenções*

houvesse tecnologia de substituição utilizada ou conhecida no Brasil.

Durante os primeiros anos de 90 iniciamos nova atividade de ação que tinha como horizonte a ratificação da Convenção 162 da OIT (que trata especificamente sobre a questão do asbesto) e sua regulamentação legal, através dos

instrumentos normativos do MTb. Foi um trabalho árduo que culminou, em junho de 91, com a publicação da portaria 01 do DNSST/MTPS. Tal portaria avança em diversos aspectos no controle da exposição ao asbesto, em relação ao controle médico, limite de tolerância, destinação dos resíduos industriais, rotulagem de advertência dos produtos acabados etc. Entre tais avanços, destaca-se a obrigatoriedade do cadastro de todas as empresas que utilizam a fibra, praticamente eliminando-se a utilização do asbesto por pessoa física.

No início de 93 apresentamos ao ministro do Trabalho um projeto para redução da utilização do asbesto no setor de autopeças, responsável pelo consumo de cerca de 7% de todo o asbesto do país.

Neste trajeto de sete anos chegamos ao dia de hoje para formalizar o presente protocolo de intenções entre o setor representativo dos empresários e trabalhadores. Entendimento que tem como principais objetivos:

- A substituição do asbesto na fabricação de materiais de atrito (freios), revestimento de embreagem e juntas;

- Criação de mecanismos de controle, com a participação dos trabalhadores, que garantam condições seguras de trabalho durante o período de transição para a substituição da fibra e, posteriormente, na implantação e acompanhamento dos seus substitutos.

O presente protocolo pretende, ainda, experienciar uma metodologia de trabalho de caráter democrático, interinstitucional e interdisciplinar que poderá auxiliar outras iniciativas para a melhoria das condições de trabalho em nosso país.

Mário Bonciani é médico do trabalho do MTb/Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo e Centro de Referência em Saúde do Trabalhador/SMS/PMSP

# Estudo das CAT é novo instrumento de luta

*A subseção do Diesat no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e região realizou um trabalho estatístico através das CATs expedidas entre julho de 1991 e julho de 1993. Pela importância do trabalho e pelo que tem de ilustrativo decidimos publicá-lo. A análise dos dados é do engenheiro Oscar Roudon Castro*

Idade	1991		1992		1993	
	Cat	%	Cat	%	Cat	%
Até 18 anos	14	4,06	24	2,7	17	3,08
19 a 24	86	24,94	143	15,9	94	17,05
25 a 30	84	24,27	193	21,5	107	19,41
31 a 36	67	19,43	185	20,6	114	20,68
37 a 42	48	13,92	162	18,1	106	18,87
43 a 48	33	9,57	109	12,2	78	13,47
mais de 49	13	3,77	81	9,0	46	7,44
Total	345		897		551	

**Idade** - Na faixa etária entre 19 e 36 anos existe uma concentração da população de trabalhadores acidentados em torno de 70% no ano de 91. Em 92 e 93 este índice ficou em 60%. Isso demonstra uma tendência dos empregadores em contratar trabalhadores jovens para a produção.

Sexo	1991	1992	1993
Masculino	313 90,83	786 87,6	488 88,56
Feminino	32 9,28	111 12,4	63 11,42
Total	345	897	551

**Sexo** - 90% dos trabalhadores são homens.

Após quantas horas de trabalho	1991	1992	1993
0 a 2 horas	58 21,46	147 25,0	87 21,75
2 a 4 horas	51 18,87	135 23,0	84 21,00
4 a 6 horas	62 22,94	95 16,2	91 22,75
6 a 8 horas	65 24,05	140 23,9	114 28,50
+ de 8 horas	33 12,21	70 11,9	24 6,00

**Período do acidente** - Na jornada de 8h de trabalho existe um aumento do número de acidentados nas primeiras 4h.

### Houve registro policial

	1991	1992	1993
Sim	4 1,16	29 3,23	15 2,66
Não			

**Registro policial** - Os números são claros, não passa de 4% do total em cada ano e não houve neste período nenhum registro policial que envolvesse trabalhador alcoolizado.

### Área do corpo atingida

	1991	1992	1993
Membros Sup.	220 39,62	393 40,81	295 51,12
Membros Inf.	63 17,07	162 16,82	90 15,59
Tronco	37 10,02	56 5,81	50 8,66
Cabeça	13 3,52	44 4,57	34 5,84
Olhos	12 3,25	37 3,84	8 1,38
Queimaduras	8 2,16	30 3,12	19 3,29
Doenças Prof.	16 4,33	241 25,01	81 14,03

**Parte do corpo atingida** - Pelo quadro levantado das CATs pode-se concluir que a parte mais atingida do corpo são os membros superiores.

### Atendimento

Hospital das Damas	170	49.41	384	61.0	244	50.26
Sta. Casa de Sto. Amaro	32	9.3	55	8.8	21	3.81
Hospital de Cotia	8	2.32	21	3.4	10	1.81
Ambulat. da Empresa			21	3.4	55	9.98
Climep			16	2.6	7	1.27
Hosp. Montreal	2	0.58	15	2.4	42	7.62
Hosp. Cruzeiro do Sul	7	2.03	10	1.6	17	3.08
Outros locais	118	34.3	78	12.2	122	22.14
Clínica Osw. Cruz	-	-	25	4.0	-	-
Interclínicas	7	2.03	4	0.6	-	-
<b>Total</b>		<b>344</b>			<b>551</b>	

**Atendimento hospitalar** - Mais de 50% do atendimento hospitalar se concentrou em um único hospital privado. Os outros 50% foram diluídos em outros hospitais, também privados, mostrando claramente a ausência de atendimento na rede pública.

### Doença Profissional

Tenossinovite, L.E.R.	4	25	78	32.4	32	39.5
Surdez	3	18.75	73	30.3	37	45.67
Hidragirismo			39	16.2	6	7.4
Pneumoconiose	6	37.50	25	10.4	3	3.7
Hérnia de Disco			16	6.6		
Dermatite e Dermatoses			8	3.3	2	
Bronquite Ocupacional			1	0.4	-	
Mucosa Nasal			1	0.4	-	
Outros	3	18.75	-	-	1	1.23
<b>Total</b>	<b>16</b>		<b>241</b>		<b>81</b>	

**Doenças profissionais** - Houve um aumento do atendimento anual em relação a tenossinovite e a surdez.

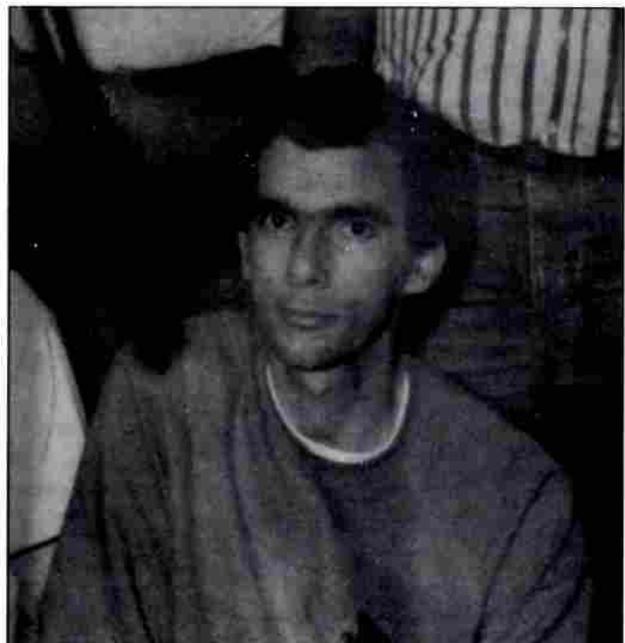
## SINOPSE

# Diesat tem novos presidente e coordenador técnico

Por motivo de doença, o companheiro Joaquim Holanda afastou-se da presidência do Diesat. Como prevê o estatuto, o Sindicato dos Químicos do ABC, ao qual Joaquim Holanda pertence, indicou outro diretor para substituí-lo. Élcio Antonio Tibério é, desde o dia 23 de novembro de 93, o novo presidente da entidade.

Na mesma data também foi empossado o novo coordenador técnico, Paulo Roberto do Nascimento, em substituição a Nilton Freitas. Nilton continua no quadro de técnicos do Diesat.

Para os novos presidente e coordenador, o principal objetivo deste primeiro semestre é dar prosseguimento à recuperação financeira do Diesat para que a entidade possa continuar prestando um serviço de alta qualidade técnica ao movimento sindical.



**Élcio Tibério: novo presidente do Diesat**

# Diesat coordena grupo de trabalho

Nilton Freitas

**O** Diesat participou durante o segundo semestre de 93 da Câmara Setorial do Complexo Químico, que reuniu governo, empresários e trabalhadores dos setores de petróleo, petroquímico, farmoquímico, farmacêutico, química fina, plástico, químico para fins industriais etc.

O convite partiu do entendimento entre representantes da CUT e da Força Sindical para que o Diesat coordenasse o Subgrupo "Produção e Saúde", organizado como desdobramento do Grupo de Trabalho 7 - normatização, vigilância sanitária e meio ambiente, coordenado pela Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica (Abiquif).

O subgrupo reuniu representantes do Sindicato das Indústrias de Plástico, do CESTE/ Fio-cruz/RJ, do CVS/SP, do ERSA-10 (Mauá/SP), da Fundacentro, da DRT/MTb, dos CRST/Lapa/SP, da CUT (Confederação Nacional dos Químicos) e da Força Sindical.

As resoluções do subgrupo, definidas como "princípios", estão descritas abaixo e serão consolidadas num documento único, juntamente com os aspectos de vigilância sanitária, atuação responsável e padrões de funcionamento da indústria:

1 - Os trabalhadores, consumidores e demais setores da sociedade que possam ser diretamente afetados por produtos e processos químicos devem ser corretamente informados sobre suas características e riscos, como ocorre na prática internacional, possibilitando, inclusive, a elaboração de um diagnóstico sobre os

*As resoluções do subgrupo "Produção e Saúde", coordenado pelo Diesat*

riscos à saúde no setor químico e a definição de metas que conduzam ao seu controle e eliminação.

2 - Decisões empresariais e introdução de novas tecnologias que impliquem em impactos para a saúde, meio ambiente e nível de emprego, devem ser precedidas de amplas discussões e negociações com a comunidade e os trabalhadores, em especial com aqueles diretamente envolvidos, cujos interesses não devem ser ignorados em detrimento de outros.

3 - As empresas transnacionais devem adotar nas suas filiais instaladas no país as tecnologias ambientais mais avançadas de que sejam detentoras em seus países de origem e igualmente seus padrões normativos referentes à preservação da saúde e do meio ambiente, mesmo que a legislação brasileira seja menos rigorosa.

4 - As empresas devem orientar-se nos seus processos produtivos onde exista mão-de-obra própria ou de terceiros, pelo princípio da eliminação dos riscos ambientais internos e externos à fábrica, com manutenção dos postos de trabalho.

Cabe aos diversos segmentos sociais e ao poder público estabelecer um compromisso que permeie as diversas etapas de pro-

dução, desde a instalação de novas fábricas, projeto e instalação de equipamentos, processos ou tecnologias alternativas até a adoção de medidas de caráter preventivo envolvendo o processo produtivo.

5 - Na questão específica da saúde e meio ambiente, deve ser garantido o pleno direito de organização nos locais de trabalho, superando e ampliando o caráter atual das Cipas de modo a abranger a questão ambiental, ampliar a autonomia e representação possibilitando o controle da saúde pelos trabalhadores.

6 - As linhas de fomento, financiamento e pesquisa por parte do poder público (BNDES, Banco do Brasil etc.), devem ter como pré-requisito a análise das condições de trabalho, saúde nas empresas, restringindo o acesso daqueles que causem danos ou coloquem em risco a saúde dos trabalhadores e das populações vizinhas às suas instalações.

Estes princípios foram elaborados sob o entendimento de que é necessário um rígido controle social da produção química, para poder evitar as contaminações de trabalhadores, população e consumidores de produtos e também os acidentes que podem vitimar, inclusive, a população e o meio ambiente.

A Câmara Setorial, avalia-se, é um importante espaço de diálogo entre o capital e o trabalho e pode vir a tornar-se o embrião dos Contratos Coletivos de Trabalho.

Nilton Freitas é engenheiro e assessor técnico do Diesat

# Revisão, Saúde e Orçamento

Eduardo Jorge

**R**ecentemente, publicações de organismos internacionais referentes a saúde no mundo causaram escândalo no Brasil. É que o nosso país, segundo o Banco Mundial, gasta apenas 60 dólares per capita com saúde. É o mesmo nível da Somália.

Países como Colômbia e Equador gastam 300 dólares. A Argentina 600. EUA e Canadá 2 mil dólares.

Portanto não há dúvida: O Brasil destina pouquíssimos recursos para a saúde. Menos de 4% do PIB. Enquanto na Inglaterra este número chega a 7% e nos EUA a 12%.

A União está diminuindo seus investimentos e os municípios estão aumentando. Dos cerca de 10 bilhões de dólares anuais destinados para a saúde, 6 bilhões vem da União, 2,3 bilhões do Estado e 1,7 bilhão dos municípios.

É importante saber que hoje 120 milhões de brasileiros são atendidos exclusivamente pelo SUS. Outros 30 milhões (burguesia, classe média alta e trabalhadores de estatais e grandes empresas privadas) são atendidos por diferentes formas de assistência privada à saúde e simultaneamente pelo SUS, principalmente em casos de acidente, tratamentos e exames mais caros.

A Constituição de 88 tem nos capítulos da Seguridade Social um dos seus pontos mais altos. Foi ela que introduziu no país o conceito de seguridade so-

*Brasil e Somália têm o mesmo nível de investimento em saúde*

cial reunindo previdência, saúde e assistência social individual ou cooperativo. O novo sistema baseia-se nos princípios da universalidade, descentralização e democratização e significará quando totalmente implantado numa verdadeira revolução administrativa no país.

Por que a saúde está em crise então? Porque o Estado brasileiro está em crise. Porque a sociedade brasileira está em crise. Inflação, recessão, desemprego e corrupção levam a uma violenta quebra na capacidade de arrecadação do Estado e isto tem repercussão direta em todas as

áreas. A saúde por ser uma política pública onde o mau atendimento pode significar a diferença entre a vida e a morte é o serviço que mais sofre e mais é criticado.

A questão não é de mudança do modelo e sim da recuperação da capacidade do estado brasileiro se financiar e viabilizar as políticas sociais.

O equacionamento dos atuais problemas de recurso para a saúde passam pelos seguintes caminhos:

- \* Prosseguir a implantação do SUS aprofundando sua descentralização e democratização para gastar melhor os recursos disponíveis.

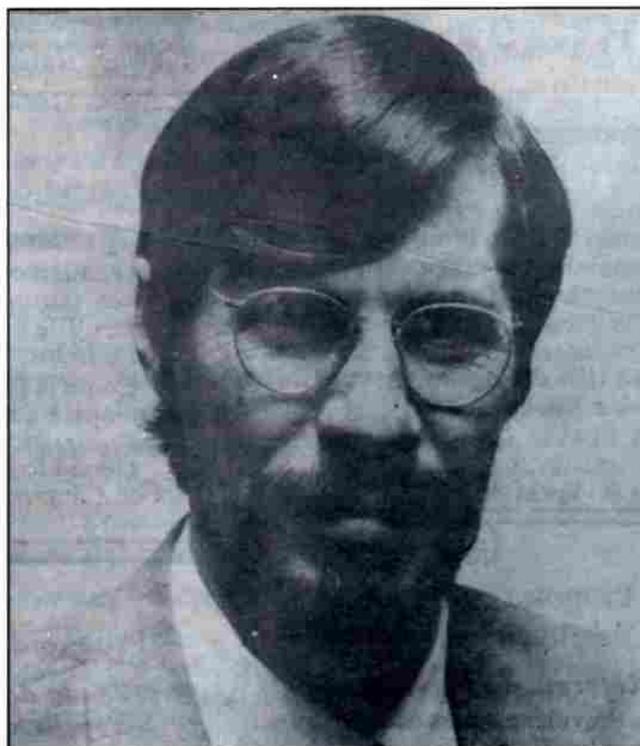
- \* Garantir um fluxo mais regular de recursos para a saúde na Seguridade Social e nos orçamentos dos estados e municípios (vide proposta de emenda constitucional 169/93 de minha autoria e de Waldir Pires (PSDB-BA).

- \* Descentralizar a assistência social para município extinguindo órgãos federais nesta área.

- \* Universalizar e unificar os direitos e deveres na Previdência extinguindo os sistemas municipais, estaduais e cooperativos diferenciados e impedindo a acumulação de várias e diferenciadas aposentadorias.

- \* Enfrentar a crise econômica com seus componentes de inflação, recessão e desemprego e má distribuição de renda.

- \* Evitar o desmonte dos princípios da Seguridade Social.



Eduardo Jorge: recuperar a capacidade financeira do Estado

Eduardo Jorge é deputado federal pelo PT e foi secretário de Saúde em São Paulo na gestão Luiza Erundina.

# O Japão brasileiro

Wilson Cesar R. Campos

**E**m 1908 iniciava-se a imigração japonesa para o Brasil. Após mais de oito décadas acontece o fenômeno inverso: vários brasileiros de ascendência japonesa, em sua maioria, buscam no Japão a melhoria de sua condição econômica. São os chamados dekasseguis, trabalhadores braçais que se sujeitam a funções abominadas pelos orientais nascidos no Japão. O termo "dekasegui" é utilizado no Japão para denominar o ato de "ir trabalhar longe", mas possui conotações pejorativas remetendo à imagem de um derrotado que não consegue sustento em sua terra. A escassez de mão-de-obra nas empresas do Japão e a recusa, por parte dos trabalhadores japoneses, em preencher os postos de trabalho conhecidos como 3K (trabalhos "duros", "sujos" e "perigosos"), incentiva o fluxo migratório.

O fenômeno dekasegui surgiu devido à situação econômica do Japão e do Brasil e aponta para a tendência da globalização da economia mundial, com intenso fluxo de mão-de-obra dos países do terceiro mundo em direção aos países desenvolvidos.

A presença maciça de nipo-brasileiros no Japão não é um caso isolado e sim um fenômeno social. Atualmente, cerca de 10% da comunidade nipo-brasileira, calculada em 1.230 mil pessoas, moram no Japão.

No entanto, a recessão porque passa a economia do Japão começa a afetar os dekasseguis. Em 1991, o consulado japonês emitiu 61,5 mil novos vistos, contra 41,8 mil em 1992 e 26,6 mil até setembro de 93.

No Brasil os efeitos do êxodo sobre a economia refletem-se na saída dessas pessoas das empresas urbanas e das atividades rurais, além da desorganização e esvaziamento da comunidade nipo-brasileira, com a saída de elementos economicamente ativos das famílias. Segundo o Ministério da Justiça do Japão, cerca de 30% dos dekasseguis brasileiros possuem nível universitário.

Na maioria dos casos, a contratação dos dekasseguis ocorre de maneira indireta, causando problemas quanto às condições de trabalho. Eles são con-



tratados por agenciadores que muitas vezes obtêm vantagens ilícitas como subtrair suas comissões dos salários dos nikkeys (descendentes de japoneses), formular contratos incompletos e de pouca clareza criando problemas em relação ao método de cálculo de salários e gratificações, conteúdo do trabalho, jornada e dias de descanso que estão especificados no contrato e que diferem das explicações orais anteriormente recebidas.

No Japão, todos são obrigados a ter um seguro de saúde, sendo que as pessoas que trabalham em empresas são obrigadas a fazer parte do seguro saúde de sua categoria.

Com a contratação indireta dos trabalhadores nikkeys, através de agenciadores, as empresas não cumprem a obrigação de inscrever os dekasseguis no seguro de saúde de sua categoria, fazendo com que eles ingressem no Seguro Nacional de Saúde e ainda há nikkeys que não fazem parte de qualquer seguro de saúde, tendo que arcar com as altas despesas de um tratamento médico.

O maior contingente dos dekasseguis trabalha nas indústrias metalúrgicas, de máquinas e equipamentos, em especial nas manufaturas de peças de automóveis. Seus salários médios são de 8 a

10 mil ienes por dia, o que resulta em uma média mensal de 1.780 a 2.230 dólares para os homens. No caso das mulheres, a média é de 6 mil ienes/dia. Para os nikkeys, os salários previstos nos contratos não diferem muito do dos japoneses. No entanto, são comuns as subtrações nos salários para pagar comissões de agenciadores e despesas dos empregadores na contratação, além de reembolso de passagens.

A média da jornada de trabalho dos nikkeys é de 10h/dia, no entanto, brasileiros que voltaram do Japão relatam que chegam a trabalhar 16h seguidas e muitas vezes à noite sem poder dormir.

Os empregadores encaram os nikkeys como mão-de-obra complementar e temporária, sendo que a perspectiva de continuar empregando-os na empresa é escassa, não existindo a idéia de efetivar o treinamento quanto à segurança no trabalho.

A dificuldade de comunicação é outro fator agravante. Os trabalhadores nikkey em geral aprendem o trabalho através da mímica.

Existe ainda casos de trabalho forçado onde os empregadores ou agenciadores retêm os passaportes dos nikkeys impedindo a mudança de emprego, pois dessa maneira não poderiam efetuar a subtração dos salários. Há também casos onde os nikkeys são detidos, trancados em alojamentos, sendo constantemente vigiados e forçados a trabalhar. O livro sugere que isto ocorre geralmente com empregadores que mantêm conexão com o crime organizado.

Existem posições divergentes quanto aos locais e tipo dos trabalhos do dekassegui, algumas pessoas consideram que a maioria é formada por 3K, outras, porém, consideram que os nikkeys estão satisfeitos com sua estada no Japão e que nem todos os locais de trabalho são tão ruins.

De qualquer forma "Dekassegui" é um livro importante e necessário para quem deseja entender um pouco mais da realidade dos brasileiros que vão ao Japão na busca de um futuro melhor.

Wilson César R. Campos é estudante de psicologia e assessor do Diasat



Departamento Intersindical de  
Estudos e Pesquisas de Saúde e  
dos Ambientes de Trabalho - Diesat  
Caixa Postal 4901  
CEP 01051-000  
São Paulo - SP

**O acordo foi assinado pela  
CUT, Força Sindical,  
Sindipeças, Fundacentro e  
Ministério do Trabalho e vai  
substituir o amianto no  
setor de autopeças**

